

Polícia Civil intensifica combate a fraudes na Black Friday

Divisão de Crimes Cibernéticos ampliou ações de fiscalização durante período do evento

Por Ana Laura Gonzalez

A Polícia Civil de São Paulo tem intensificado suas ações para combater os golpes no comércio eletrônico durante a Black Friday. Com a aproximação do evento, que atrai milhões de consumidores em busca de descontos, o aumento de fraudes digitais se tornou uma preocupação para as autoridades. A Divisão de Crimes Cibernéticos (DCCiber) tem adotado a técnica de “takedown” para retirar do ar sites fraudulentos, impedindo que novos consumidores sejam vítimas.

Sempre que o Centro de Inteligência Cibernética da DC-Ciber identifica uma página suspeita de aplicar golpes, a equipe de investigação entra em contato com as operadoras de internet responsáveis pela infraestrutura do site para suspender o serviço. O trabalho é realizado de forma contínua, com foco em prevenir danos aos consumidores.

Além das ações repressivas, a polícia também desenvolve atividades preventivas, como a elaboração de orientações e cartilhas informativas para o público, que são disponibilizadas nas redes sociais da Polícia Civil. O objetivo é educar os consumidores e alertá-los sobre os cuidados necessários ao fazer compras online, especialmente em um período de promoções como a Black Friday.

Fraudes mais comuns: o uso de deepfake

O delegado divisionário da DCCiber, Paulo Eduardo Barbosa, explica que os golpes mais frequentes durante a Black Friday envolvem o uso de tecnologias avançadas, como a inteligência artificial e o deepfake. Essa técnica permite a criação de perfis falsos, com imagens e áudios manipulados de influenciadores ou celebridades, para enganar compradores.

“Os criminosos projetam um rosto conhecido ou a voz de uma pessoa famosa para oferecer produtos com preços extremamente baixos, afirmando que são boas ofertas e garantindo a entrega. O problema é que, ao realizar a compra, o consumidor nunca recebe o produto”, afirmou Barbosa.

De acordo com o delegado, a engenharia social é um fator crucial que facilita a ação dos golpistas. Os criminosos aproveitam a familiaridade do público com as figuras públicas para gerar confiança e induzir o comprador a tomar decisões de forma precipitada.

Cuidados ao fazer compras online

Paulo Eduardo Barbosa orienta que os consumidores sejam cautelosos ao realizar compras online, principalmente em sites desconhecidos. Ele sugere verificar a autenticidade

do endereço eletrônico do site, observando se o URL começa com “https” e se há um cadeado ao lado, o que indica um certificado de segurança. Além disso, é importante utilizar sempre conexões protegidas, evitando redes Wi-Fi públicas que podem ser mais suscetíveis a ataques.

“Verifique se o site oferece um certificado de autenticidade e se ele é seguro. Não confie em links suspeitos e prefira realizar compras através de plataformas de pagamento confiáveis, como cartões virtuais e autenticação de dois fatores”, explicou Paulo Eduardo Barbosa.

O que fazer em caso de práticas fraudulentas

Caso o consumidor seja vítima de fraude, a primeira atitude é entrar em contato imediatamente com o banco ou operadora do cartão de crédito, comunicando o ocorrido. Em

seguida, é fundamental registrar um boletim de ocorrência, que pode ser feito online, através da Delegacia Eletrônica. O registro também pode ser realizado diretamente na sede da DCCiber, no Palácio da Polícia Civil, localizado na Rua Brigadeiro Tobias, nº 527, no centro de São Paulo, ou em qualquer unidade policial.

Prevenção é o melhor caminho

Com a continuidade do crescimento das compras online e o aumento das fraudes digitais, a Polícia Civil reforça a importância de se manter vigilante e informado. Durante a Black Friday, as ofertas tentadoras podem se tornar armadilhas para aqueles que não tomam os cuidados necessários. A educação digital e o monitoramento ativo são ferramentas fundamentais na luta contra qualquer prática de crimes cibernéticos.



Equipe também desenvolve ações preventivas, com orientações ao público

São Paulo abre concurso para auditor fiscal com salário inicial de R\$ 21 mil

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo publicou nesta quinta-feira (27), no Diário Oficial do Estado, o edital nº 02/2025 para concurso público destinado ao cargo de auditor fiscal da Receita Estadual. O cargo oferece remuneração inicial de R\$ 21.177,10.

O certame disponibiliza 200 vagas para profissionais com formação superior reconhecida pelo Ministério da Educação. São 150 vagas para a área de Gestão Tributária e 50 para Tecnologia da Informação e Comunicação. O concurso marca um momento estratégico para a administração tributária paulista, buscando reforçar a equipe responsável pela fiscalização e pelo combate à sonegação.

As inscrições poderão ser realizadas exclusivamente pelo site da Fundação Carlos Chagas (www.concursosfcc.com.br) entre 3 de dezembro de 2025 e 9 de janeiro de 2026. A taxa de inscrição é de R\$ 170.

As provas objetivas estão previstas para acontecer nos dias 28 de fevereiro e 1º de março de 2026, em diversas cidades do estado: Araçatuba, Araraquara, Bauru, Campinas, Guarulhos, Jundiaí, Marília, Osasco, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santos, São Bernardo do Campo, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo e Sorocaba.

O cronograma inclui três etapas: Prova Objetiva P1 (Conhecimentos Gerais) no dia 28 de fevereiro, no período



Sede da Secretaria da Fazenda do Estado

da tarde; P2 (Conhecimentos Básicos) em 1º de março, pela manhã; e P3 (Conhecimentos Específicos) no mesmo dia, à tarde. Todas as informações sobre requisitos, conteúdo progra-

mático e orientações aos candidatos estão detalhadas no edital, disponível no Diário Oficial do Estado (www.doe.sp.gov.br), no site da Fundação Carlos Chagas e no portal oficial de concursos

do governo estadual (www.concursopublico.sp.gov.br).

Segundo a Secretaria da Fazenda, o concurso visa selecionar profissionais altamente qualificados para atuar na fiscalização, na prevenção da sonegação e no fortalecimento da arrecadação tributária. A medida é considerada essencial para garantir justiça fiscal, financiar políticas públicas e promover o desenvolvimento econômico do Estado de SP.

O investimento também integra a estratégia de modernização da Receita Estadual, preparando-a para os desafios do novo cenário tributário brasileiro, incluindo a implementação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e mudanças previstas na reforma tributária.